

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Diretoria de Documentação Judiciária
B I B L I O T E C A

INFORME BIBLIOGRÁFICO

SUMÁRIOS CORRENTES E NOVAS AQUISIÇÕES

RECIFE

SETEMBRO

2010



Adv

ADVOCACIA DINÂMICA

INFORMATIVO

FECHAMENTO: 09/07/2010 – EXPEDIÇÃO: 11/07/2010 – ANO 30 – 2010 – PÁGINAS: 462/449 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 28

Sumário

ATOS DO EXECUTIVO

- Previdência complementar – Encaminhamento de consultas à Superintendência461

ATOS DO JUDICIÁRIO

- **CGJ-RJ:** Banco de dados de nascimento e óbito – Criação461
- **CNJ:** Sistema de gestão de precatórios – Criação.....461
- **TJ-RJ:** Infância e juventude – Competência jurisdicional dos órgãos.....460
- **TJ-SP:** Jurisprudência dominante – Súmulas 1 a 6460

DOCTRINAS

- OIT e as relações trabalhistas – **Camila Rigo Colombo**459
- O regime das penas nos crimes hediondos – **Áurea Pimentel Pereira**459
- Servidor público: Elementos das sanções funcionais – **José dos Santos Carvalho Filho**.....458

ESTUDO DE CASOS

- Consumidor por equiparação – Direito de ação – Legitimidade.....456
- Fraude contra credores – Anulação – Ação pauliana453

NOTICIÁRIO

Destaques da semana451

- Combustíveis: empresário é condenado por induzir clientes a erro
- Enem: Inep deve aceitar inscrição de alunos sem CPF
- Exame de Ordem: assegurada inscrição de bacharéis em direito
- Prova indiciária: empresa é condenada por assédio sexual
- Responsabilidade: STF nega suspensão de efeitos de condenação
- Sistema de cotas: Lewandowski decide pedidos de *amicus curiae*
- Sucessão: companheira tem direito a totalidade da herança
- Tortura contra menor: procuradora é condenada a 8 anos de prisão

Projetos de lei450

- Ampliação da licença-casamento para cinco dias
- Criação de tarifa sobre passagens aéreas
- Facilitação na alteração do nome dos pais
- Interrupção da contagem do prazo de aviso prévio para gestantes
- Medidas contra *bullying* em escolas e clubes de recreação
- Reforma no Código Florestal

Concursos Públicos449

SÚMULA LEGISLATIVA SEMANAL

- Pesquisa de 2-7 a 8-7-2010449

JURISPRUDÊNCIA

FECHAMENTO: 09/07/2010 – EXPEDIÇÃO: 11/07/2010 – ANO 30 – 2010 – PÁGINAS: 448/433 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 28

TEMAS EM DESTAQUE

PROCESSO CIVIL

Cerceamento de defesa

♦ A intimação das partes acerca da data e local de realização da perícia é imprescindível ao efetivo acompanhamento da prova pelos litigantes.

Substituição processual

♦ A substituição processual em caso de falecimento de uma das partes pode ser feita tanto pelo inventariante quanto pelos herdeiros do *de cujus*.

CIVIL E COMERCIAL

Adoção

♦ É indispensável o processo judicial, mesmo para a adoção de maiores de dezoito anos, não sendo possível realizar o ato por intermédio de escritura pública.

Cessão de direitos hereditários

♦ O termo judicial de cessão deve ser subscrito pessoalmente pelos cedentes ou por procurador munido de instrumento público de mandato.

PENAL E PROCESSO

Execução penal

♦ O cumprimento de sanções políticas concomitantes, por atos de improbidade contemporâneos, deve observar o disposto no artigo 11 da Lei 7.210/84.

Roubo

♦ Inaplicável o princípio da insignificância na hipótese de crime de roubo, por se tratar de delito complexo, que protege outros bens além do patrimônio.

TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Enquadramento sindical

♦ O fato determinante para o enquadramento rural é de o trabalhador desenvolver suas atividades em área rural.

Pensão por morte

♦ Para que o cônjuge separado judicialmente faça jus ao benefício de pensão por morte, é necessária a comprovação da dependência econômica.

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

Fiscalização profissional

♦ Os técnicos de farmácia que atendam aos requisitos de formação profissional exigidos pelas autoridades educacionais têm direito à inscrição no CRF.

Funcionalismo público

♦ Gratificação de natureza transitória e contingencial, que não se incorpora ao vencimento do servidor, pode ser suprimida a qualquer tempo.

TRIBUTÁRIO

Execução fiscal

♦ É admissível a oposição de embargos de terceiro fundados em alegação de posse advinda de compromisso de compra e venda, ainda que sem registro.

Imposto de renda

♦ Os depósitos judiciais para suspender a exigibilidade do crédito tributário não são dedutíveis da base de cálculo do IRPJ até o trânsito em julgado da demanda.



Adv

ADVOCACIA DINÂMICA

INFORMATIVO

FECHAMENTO: 16/07/2010 – EXPEDIÇÃO: 18/07/2010 – ANO 30 – 2010 – PÁGINAS: 478/463 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 29

Sumário

ATOS DO EXECUTIVO

- Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) –
Alteração da Instrução Normativa 1.042/2010477
- Contrato de trabalho – Sistema Homolognet –
Criação.....477
- Contrato de trabalho – Termos de rescisão
e homologação – Aprovação.....477
- Registro civil – Pessoas naturais –
Regulamentação.....476

ATOS DO LEGISLATIVO

- Constituição Federal – Divórcio – Supressão
do tempo de separação476
- Constituição Federal – Jovem – Proteção
e inclusão dos interesses da juventude475

DOCTRINAS

- A Constituição na visão de Hess e
Lassale – Uma leitura comparativa –
José Otaviano de Oliveira475
- Divórcio já! – **Maria Berenice Dias**472
- Pelo fim do juridiquês –
Paulo Márcio Reis Santos471

ESTUDO DE CASOS

- Dosimetria da pena – Delação premiada.....470
- Suspeição do Juiz – Imparcialidade467

NOTICIÁRIO

Destaques da semana465

- Área de preservação: demolição de imóvel não
gera indenização
- Autorização do STJ: advogados terão acesso a
processos de anistia
- Compensação de tributo: ação é cabível mesmo
com instrução da SRF
- Inédito na América Latina: Argentina aprova união
homoafetiva
- Litispêndência: ação deve ser extinta se já existir
outra igual
- Utilidade pública: farmácia não pode vender re-
carga para celular

Projetos de lei464

- Ampliação dos direitos trabalhistas para empre-
gados domésticos
- Aumento do tempo mínimo para crimes hedion-
dos
- Dedução de imposto às empresas que admitem
egressos da prisão
- Extinção do sigilo indefinido de informações pú-
blicas
- Novas regras para propaganda eleitoral
- Punição para prática de alienação parental
- Salário único para agentes de trânsito

SÚMULA LEGISLATIVA SEMANAL

- Pesquisa de 12-7 a 16-7-2010.....463

JURISPRUDÊNCIA

FECHAMENTO: 16/07/2010 – EXPEDIÇÃO: 18/07/2010 – ANO 30 – 2010 – PÁGINAS: 464/449 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 29

TEMAS EM DESTAQUE

PROCESSO CIVIL

Ação anulatória

♦ A ação anulatória de atos jurídicos em geral não é o meio apto para desconstituir sentença que decide processo de adoção.

Cumulação de pedidos

♦ É impossível cumular ação de prestação de contas com ação ordinária em que se busca a revisão contratual, em face da incompatibilidade de ritos.

CIVIL E COMERCIAL

Código de Defesa do Consumidor

♦ O anúncio de preço muito inferior ao de mercado, incompatível com o preço médio, torna perceptível a ocorrência de erro, que não obriga o fornecedor.

Incorporação imobiliária

♦ Desfeito o negócio entre o proprietário do terreno e o incorporador, consolida-se naquele, em cujo favor se opera a resolução, o direito sobre a construção.

PENAL E PROCESSO

Corrupção de menores

♦ No crime de corrupção de menores, basta a participação do menor de 18 anos para que se verifique a subsunção da conduta do réu imputável ao tipo.

Crime de trânsito

♦ A materialidade do delito de embriaguez ao volante se comprova apenas com o teste de alcoolemia, que não pode ser suprido por exame clínico ou testemunha.

TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Bancário

♦ Só excepcionalmente pode o empregado bancário estar sujeito à jornada de trabalho com duração de oito horas.

Convenção Coletiva

♦ As Convenções Coletivas prevalecem sobre os Acordos Coletivos quando possuírem condições mais benéficas para os trabalhadores.

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

Funcionalismo público

♦ O servidor público não possui direito adquirido à imutabilidade de regime jurídico e de remuneração, desde que respeitada a irredutibilidade vencimental.

Terreno de marinha

♦ A atualização das taxas de ocupação terrenos de marinha não configura imposição ou mesmo agravamento de um dever aos administrados.

TRIBUTÁRIO

Ação de repetição de indébito

♦ A correção monetária do indébito tributário tem como termo inicial a data em que cada parcela foi descontada.

Crédito tributário

♦ A notificação por edital do lançamento de crédito tributário somente se justifica quando o contribuinte encontra-se em lugar incerto e não sabido.



Adv

ADVOCACIA DINÂMICA

INFORMATIVO

FECHAMENTO: 23/07/2010 – EXPEDIÇÃO: 25/07/2010 – ANO 30 – 2010 – PÁGINAS: 496/479 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 30

739
 compra COAD
 19.08.10

Sumário

ATOS DO JUDICIÁRIO

- **TJ-RJ:** Atendimento em aeroportos – Implantação de Juizados Especiais495
- **TRF-2ª R.:** Central de atendimento em aeroportos – Criação495
- **TST:** Depósito recursal – Novos valores.....495
- **TSE:** Eleições 2010 – Divulgação de dados estatísticos.....494

ATOS DO LEGISLATIVO

- Estatuto da Igualdade Racial – Criação494
- Código de Defesa do Consumidor – Comércio e prestadores de serviços – Obrigatoriedade de manutenção do exemplar.....493

DOCTRINAS

- Lei nº 11.689/2008: Intimação editalícia da pronúncia e ausência do Réu no julgamento – **Daniel Bernoulli Lucena de Oliveira**.....492
- O vínculo entre as condições da ação e o mérito da causa – **Cirilo Augusto Vargas**.....491

ESTUDO DE CASOS

- Planos de saúde – Obesidade mórbida – Responsabilidade485
- Terrenos de marinha – Taxa de ocupação – Prescrição e decadência.....483

NOTICIÁRIO

Destaques da semana481

- Agora é Lei: Código Civil argentino autoriza união homoafetiva
- Caso Bruno: Flamengo volta atrás sobre demissão por justa causa
- Crimes virtuais: PGE-RJ ingressa com ação contra o Google
- Emolumentos consulares: MRE aprova regulamento e tabelas
- Era digital: petição eletrônica passa a ser obrigatória no STF
- Informações: bancos sofrerão penalidades com descumprimento
- Nome no SPC: para STJ, inscrição indevida não garante dano moral
- Novo ponto eletrônico: STJ nega liminar e mantém regras

Projetos de lei480

- Alteração do nome no registro civil de nascimento de transexuais
- Ampliação do prazo prescricional de atos de improbidade
- Aumento de pena para abortos provocados por terceiros
- Extensão de benefícios da Previdência aos trabalhadores em aviso prévio
- Fim das restrições para eleitor que deixar de votar
- Novos critérios para indenização de anistiados políticos
- Proibição de castigos corporais em crianças e adolescentes

SÚMULA LEGISLATIVA SEMANAL

- Pesquisa de 19-7 a 23-7-2010.....479

JURISPRUDÊNCIA

FECHAMENTO: 23/07/2010 – EXPEDIÇÃO: 25/07/2010 – ANO 30 – 2010 – PÁGINAS: 480/465 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 30

TEMAS EM DESTAQUE

740
comple COAD
19.08.10

PROCESSO CIVIL

Ação de prestação de contas

w A intimação da sentença que julga procedente o pedido de exigir contas deve ser realizada ao advogado, sendo desnecessária a intimação pessoal da parte.

Custas

w É desnecessária a intimação pessoal da parte para a complementação das despesas processuais quando formada a relação processual com a citação.

CIVIL E COMERCIAL

Mandato

w A circunstância de constar a designação de procuração *adjudicia* não retira a validade dos poderes especiais constantes expressamente no corpo do instrumento.

Seguro obrigatório

w A indenização decorrente de seguro obrigatório deve ser apurada com base no valor do salário mínimo vigente na data do evento danoso.

PENAL E PROCESSO

Concurso material

w Constatada a mera reiteração habitual, em que as condutas criminosas são autônomas e isoladas, deve ser aplicada a regra do concurso material de crimes.

Furto

w A aplicação do princípio da insignificância exige, além da pequena expressão econômica do bem, um reduzido grau de reprovabilidade da conduta.

TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Contrato de experiência

w As verbas rescisórias referentes à extinção antecipada dos contratos a termo devem ser pagas no prazo de dias.

Horas extras

w O cálculo da indenização pelas horas extras suprimidas não deve ficar restrito ao quinquênio anterior à propositura da ação.

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

Desapropriação

w É vedado ao município desapropriar bens de propriedade da União ou de suas autarquias e fundações, sem prévia autorização do Presidente da República.

Processo administrativo disciplinar

w O inquérito policial militar não é peça imprescindível ao oferecimento da denúncia, muito menos para a deflagração de processo administrativo.

TRIBUTÁRIO

Execução fiscal

w O pagamento parcial da dívida não afeta a sua liquidez quando é possível apurar-se o saldo remanescente, ensejando o prosseguimento da execução fiscal.

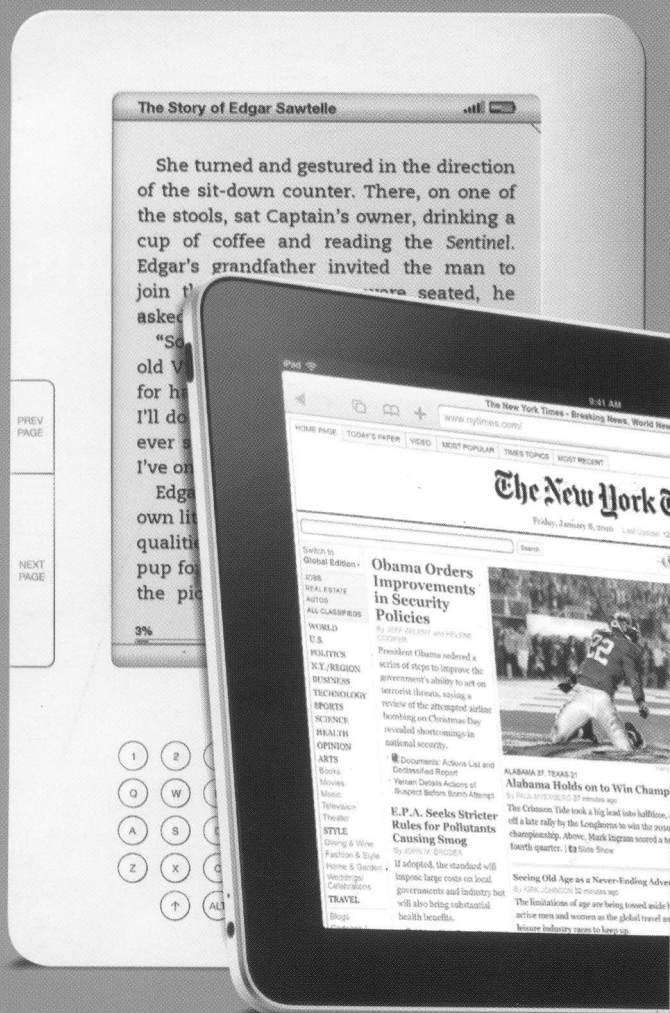
Responsabilidade tributária

w A cisão da sociedade é modalidade de mutação empresarial sujeita ao mesmo tratamento jurídico conferido às demais espécies de sucessão.

SELEÇÕES JURÍDICAS

Adv
ADVOCACIA DINÂMICA

JULHO/2010



PANORAMA

IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

Livros eletrônicos devem pagar PIS/COFINS?

É possível equiparar periódicos e jornais digitais com o papel impresso?

Parecer de **Ives Gandra da Silva Martins**

Destaques

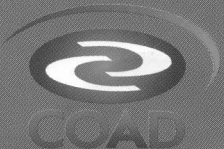
Mandado de Segurança
Indeferimento da inicial e a impossibilidade da utilização de argumentos de mérito

Fundo de Participação dos Estados
Fixação de coeficientes e critérios de rateio

Falta grave
Fuga de clínica de tratamento de dependência química

Adoção à brasileira
Preponderância da preservação da estabilidade familiar

Prêmio-produtividade e horas *in itinere*
Não integração ao salário e prevalência da negociação coletiva



REPOSITÓRIO
AUTORIZADO DE
JURISPRUDÊNCIA

Sumário

SELEÇÕES JURÍDICAS

As opiniões emitidas em artigos assinados são de inteira responsabilidade dos seus autores. Os acórdãos selecionados correspondem, na íntegra, às cópias fornecidas pelos Tribunais. É proibida a reprodução parcial ou total, sem autorização dos editores.

REPOSITÓRIO AUTORIZADO DE JURISPRUDÊNCIA

STF

Registro nº 39/2008
(DJE de 4-4-2008)

TST

Registro nº 32/2007
(DJ-U, 17-10-2007)

DOCTRINAS

- Indeferimento da inicial do Mandado de Segurança com base no art. 10 da Lei nº 12.016/2009. Impossibilidade da utilização de argumentos de mérito – **Demócrito Reinaldo Filho** 1
- O controle dos atos administrativos pelos tribunais diante da nova dimensão dos conceitos de discricionariedade técnica e discricionariedade administrativa – **Edgard Marcelo Rocha Torres**..... 5

PANORAMA

- **Parecer**
- Imunidade tributária de livros, periódicos e jornais eletrônicos ou digitais – **Ives Gandra da Silva Martins** 8

ACÓRDÃOS NA ÍNTEGRA

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

- Fuga de clínica de tratamento de dependência química – Falta grave..... 25
- Fundo de Participação dos Estados – Fixação de coeficientes e critérios de rateio 28

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- Adoção à brasileira – Preponderância da preservação da estabilidade familiar..... 48
- Republicação de sentença pelo escrivão – Reabertura do prazo recursal – Alegação infundada de má-fé..... 53

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

- Adesão a programa de incentivo à demissão – Quitação incidente apenas sobre os valores pagos no termo de rescisão..... 55
- Prêmio-productividade e horas *in itinere* – Não integração ao salário e prevalência da negociação coletiva 56

SELEÇÕES JURÍDICAS

Adv
ADVOCACIA DINÂMICA

AGOSTO/2010

PANORAMA

DIREITOS IGUAIS

Até quando vamos fechar os olhos para a união homoafetiva?

É possível continuar dando respostas mortas a perguntas vivas?

Até quando vamos ignorar a necessidade de regulamentar a união entre pessoas do mesmo sexo?

Destaques

Gestão de Carreira e Marketing Jurídico

Sete princípios competitivos da advocacia

Flexibilização do depósito recursal

Tratamento jurídico diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte

Composição de órgão colegiado

Juízes convocados e Princípio do Juiz Natural

Sucessão empresarial

Responsabilidade tributária do sucessor

Embriaguez ao volante

Discussão acerca da necessidade de exame de alcoolemia



REPOSITÓRIO
AUTORIZADO DE
JURISPRUDÊNCIA

SELEÇÕES JURÍDICAS

As opiniões emitidas em artigos assinados são de inteira responsabilidade dos seus autores.

Os acórdãos selecionados correspondem, na íntegra, às cópias fornecidas pelos Tribunais.

É proibida a reprodução parcial ou total, sem autorização dos editores.

REPOSITÓRIO AUTORIZADO DE JURISPRUDÊNCIA

STF

*Registro nº 39/2008
(DJE de 4-4-2008)*

TST

*Registro nº 32/2007
(DJ-U, 17-10-2007)*

Sumário

DOUTRINAS

- A incidência de tributos decorrentes da competência residual e extraordinária da União e suas circunstâncias autorizadoras – **Rita de Cássia Andrade**..... 1
- Da possibilidade de penhora do bem de família do fiador – Críticas ao Projeto de Lei 6.413 de 2009 – **Caroline Meireles Roque e André Luiz Junqueira**..... 6
- Possibilidades de flexibilização do depósito recursal como meio de promover tratamento jurídico diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte – **Maria Fernanda Tapioca Bastos**..... 11

PANORAMA

GESTÃO DE CARREIRA E MARKETING JURÍDICO

- Sete princípios competitivos para a advocacia – **Ari Lima**..... 24

JURISPRUDÊNCIA COMENTADA

- Direitos iguais: até quando vamos fechar os olhos para a união homoafetiva? – **Janaína Rosa Guimarães**..... 26

ACÓRDÃOS NA ÍNTEGRA

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

- Composição de órgão colegiado – Juízes convocados e Princípio do Juiz Natural..... 29
- Prisão – Saídas temporárias automatizadas 37

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- Embriaguez ao volante – Exame de alcoolemia..... 40
- Sucessão empresarial – Responsabilidade 42

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

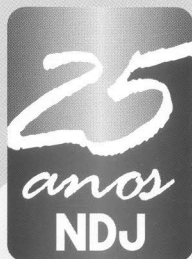
- Estabilidade provisória – Acidente de trabalho – Ocorrência no curso de contrato de experiência 47
- Responsabilidade subsidiária – Contrato de facção 48

PUBLICAÇÃO MENSAL

2^{Ano} 010
Nº 9 SETEMBRO
ANO XXVI

BDA

BOLETIM DE DIREITO ADMINISTRATIVO



EDITORA **NDJ** LTDA.
NOVA DIMENSÃO JURÍDICA

DOCTRINA, PARECERES E ATUALIDADES

REPARAÇÃO DO DANO PELO ESTADO (Kiyoshi Harada)	1027
A <i>LEI FICHA LIMPA</i> E A IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (Gina Copola)	1038
CONCESSÃO DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO: A VIABILIDADE DA CESSÃO DE RECEBÍVEIS TARIFÁRIOS (EM FACE DO MODELO NORMATIVO IMPLANTADO NO DISTRITO FEDERAL) – Parecer Jurídico (Fernando Vernalha Guimarães)	1042
DA DEFESA DOS GESTORES PERANTE OS TRIBUNAIS DE CONTAS PELA ADVOCACIA DE ESTADO E EXECUTIVA (Marcelo Barbi Gonçalves)	1058
COMPENSAÇÃO AMBIENTAL – Natureza Jurídica – Indefinição – Obrigação de Fazer a Ser Cumprida Diretamente pelo Empreendedor – Impossibilidade da Gestão de Tais Recursos por Órgãos Públicos – Necessidade de Critérios para que os Empreendimentos Sejam Considerados de Significativo Impacto Ambiental – Recomendação para Extinção do Fundo de Compensações Ambientais – Considerações (Tribunal de Contas da União)	1070
PENSÃO TEMPORÁRIA – Menor Designado – Necessidade de Designação Expressa – Dependência Econômica que Não Gera, por si só, a Pensão Previdenciária (Tribunal de Contas da União)	1102

JURISPRUDÊNCIA

VENCIMENTOS – Isonomia – Delegados de Polícia e Defensores Públicos de Estado-Membro – Decisão Rescindenda que Entendeu pela Desnecessidade de Norma Legal Infraconstitucional – Imprescindibilidade de Lei Específica – Procedência da Ação Rescisória	1109
MILITAR – Conclusão do Curso de Graduação do Instituto Militar de Engenharia – Demissão a Pedido, Antes do Prazo Previsto no Estatuto dos Militares – Indenização Devida – Montante Calculado com Base no Período Restante ao Tempo Mínimo de Cinco Anos – Princípios da Razoabilidade e do Não-Enriquecimento sem Causa	1117

CONTROLE DIFUSO DE CONSTITUCIONALIDADE – Lei Revogada – Apreciação da Constitucionalidade da Norma enquanto Vigente – Declaração de Inconstitucionalidade do Dispositivo – Afronta dos Princípios Constitucionais Implícitos da Razoabilidade e da Proporcionalidade	1119
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – Menor Preço por Lote – Medicamento – Submissão ao Coeficiente de Adequação de Preço – Previsão na Resolução da Cmed/Anvisa – Legalidade – Política de Regulação Econômica e Social Instituída pelo Poder Público – Intervenção do Estado na Economia – Ausência de Afronta aos Princípios da Legalidade, Igualdade e Segurança Jurídica	1125
AUTO DE INFRAÇÃO – Multa – Condomínio – Herbicida Encontrado no Solo – Morte de Árvores – Pretensa Anulação do Ato Administrativo – Descabimento – Insuficiência da Capitulação Errada no Auto para Anulá-lo – Presunção <i>Iuris Tantum</i> da Legalidade	1132

ÍNDICE CUMULATIVO AO FINAL



Interesse Público

Ano XII - 2010 - Nº 62

Conselho Editorial

Presidente: Prof. Juares Freitas (PUC/RS, UFRGS,
Instituto Brasileiro de Altos Estudos de Direito Público)

- Prof. Antonia Pereira (PUC/SP e Pres. do IBDM)
Prof. Carlos Ari Sundfeld (SBDP e FGV/SP)
Ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha (STF)
Conselheiro Cezar Miola (TCE/RS)
Prof. Clèmerson Merlin Clève (UFPR e UNIBRASIL)
Prof. Clovis Beznos (PUC/SP e Pres. do IBDA)
Profa. Cristiana Fortini (UFMG, IMDA)
Prof. Fabrício Motta (UFG)
Prof. Fernando Facury Scaff (UFPA)
Profa. Germana de Oliveira Moraes (UFC)
Prof. Heleno Taveira Tôres (USP)
Conselheiro Helio Saul Mileski (TC/RS)
Prof. Ingo Wolfgang Sarlet (PUC/RS)
Prof. Igor Danilevich (UFRGS e PUCRS)
Prof. Des. João Batista Gomes Moreira (TRF 1ª)
Ministro José Augusto Delgado (UnICEUB)
Prof. Luís Roberto Barroso (UERJ)
Prof. Marcelo Figueiredo (PUC/SP)
Prof. Márcio Cammarosano (PUC/SP e Pres. do IBDE)
Dr. Oscar Breno Stahnke (DPM)
Prof. Paulo Affonso Leme Machado (UNIMEP)
Prof. Paulo Bonavides (UFC)
Prof. Paulo Caliendo da Silveira (PUC/RS)
Prof. Paulo Ferreira da Cunha (Universidade do Porto)
Prof. Paulo Modesto (UFBA e UNIFACS)
Prof. Rodrigo Valgas (IDASC)
Prof. Romeu Felipe Bacellar Filho (UFPR e PUC/PR)

Coordenador-Geral

Prof. Alexandre Pasqualini
(IDARGS, AJURIS)



Editorial	11
-----------------	----

DOCTRINA

Seção de Administrativo, Constitucional, Previdenciário, Processual Civil e Ambiental

A transparência da Administração Pública pós-moderna e o novo regime de responsabilidade fiscal Helio Saul Mileski	15
--	----

Panorama geral do processo civil eleitoral e a aplicação subsidiária do Código de Processo Civil Marcelo Abelha Rodrigues	53
---	----

Pode o desvio de função no exercício de atividade pública gerar direito patrimonial diferido ao servidor? Rogério Gesta Leal	69
--	----

Legitimidade processual e tipos de processo administrativo Vitor Rhein Schirato	83
---	----

<i>Royalties</i> do petróleo e as questões constitucionais Rodrigo Meyer Bornholdt	125
--	-----

Emendas constitucionais inconstitucionais: a singular experiência brasileira Pedro de Menezes Niebuhr	135
---	-----

Regime jurídico aplicável aos portos no direito brasileiro Flávio de Araújo Willeman	143
--	-----

Los contratos administrativos en la República Oriental del Uruguay Rubén Flores Dapkevicius	167
---	-----

Sistema de processo eletrônico Entrevista do Secretário-Geral do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Sérgio Tejada Garcia	219
---	-----

Seção de Direito Tributário

A doutrina de Gomes de Sousa e o conceito legalista de renda Hugo de Brito Machado	229
--	-----

Seção de Direito Municipal

Os serviços de transporte de passageiros por ônibus e as inovações da Lei Federal nº 11.445/2007 Vladimir da Rocha França	243
---	-----

Seção de Tribunais de Contas (Controle Externo)

A Lei de Responsabilidade Fiscal como fator determinante para a consolidação do sistema de controle interno: definição do entendimento da separação de Poderes e o princípio da eficiência no “modelo gerencial” de Estado

Rodrigo Pironti Aguirre de Castro 269

JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

Acórdãos na Íntegra

Supremo Tribunal Federal

Ação originária – MS – Competência do STF – Declaração expressa de suspeição de mais da metade dos membros do Tribunal de origem – Acesso aos Tribunais de segundo grau – Antiguidade e merecimento – Promoção de entrância – Sistema diverso. Ação Originária nº 1.499/AM 301

Superior Tribunal de Justiça

Servidor – Demissão – Ausência de nulidade do processo disciplinar por excesso de prazo e de designação de nova comissão disciplinar – Prejuízo não demonstrado – Não obrigatoriedade de intimação do relatório final da comissão processante. Mandado de Segurança nº 12.600-DF 307

Superior Tribunal de Justiça

Ação anulatória de débito fiscal – DIF - papel imune – Não apresentação no prazo legal. Penalidades – IN/SRF n. 71/2007 – Art. 57 da Medida Provisória n. 2.158/2001. Recurso Especial nº 1.136.705 - RS 319

Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Servidor público – Pensão por morte – Filha maior casada – Invalidez superveniente – Separação de fato não demonstrada – Dependência econômica não comprovada – Dever de manutenção: ex-marido e/ou filhos. Apelação Cível nº 2001.39.00.006451-4/PA 329

Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Licitação – União – Inadimplemento contratual – Multa – Inscrição em dívida ativa. Apelação Cível nº 450341 335

Ementário 339

Índice alfabético-remissivo 361

Instruções para os autores 365



ISSN 1807-0957

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

JUIZADO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

ANO VII

Nº 18

Periodicidade: quadrimestral

Tiragem: 1.340 exemplares

Impresso em julho de 2010

Conselho de Supervisão da
Infância e Juventude – CONSIJ
Corregedoria-Geral da Justiça
Porto Alegre, julho de 2009.

SUMÁRIO

DOCTRINA

Severidade e Justiça – Antônio Carlos Gomes da Costa	9
Excepcionalmente Intensa e Transitoriamente Importante – Escolhas de Acolhimento na Medida de Proteção de Abrigo – Ana Carolina Chagas Svirski e Mirela de Cintra	13
A Imputabilidade Penal: Uma Análise sobre a (Im)Possibilidade de Alteração do Artigo 228 da Constituição Federal de 1988 para Redução da Idade Penal – Diego Dezorzi	23
Perícia – Campo de Interlocução? – Marcia Helena de Menezes Ribeiro	37
Onde anda o “Protagonismo Institucional da Fase?” Considerações acerca do Processo Histórico do Reordenamento das Políticas e Práticas de Atenção à Infância no RS – Alexandre Onzi Pacheco	41

JURISPRUDÊNCIA

STJ – Hábeas-Córpus nº 98.381 – 1ª Turma – Rio Grande do Sul	47
STJ – Hábeas-Córpus nº 136.519-RS (2009/0094082-2) – 5ª Turma	53
STJ – Recurso Especial nº 573.488-RS (2003/0130628-3) – 5ª Turma	59
Apelação Cível nº 70028655488 – 7ª Câmara Cível – Santo Ângelo	63

DOCUMENTOS

Instrução Normativa CNJ nº 2, de 3 de novembro de 2009	69
--	----

Revista Brasileira de **Estudos Políticos**

99 - A

JANEIRO / JUNHO DE 2009

Saúde mental e equilíbrio da alma na doutrina ética do estoicismo

Andityas Soares de Moura Costa Matos

Enquête sur la notion de qualité de la vie

Ane Fagot-Largeault

Bioéthique et droit à la santé: un enjeu universel

Cathrerine Bert

Habermas e a Sociologia Médica: saúde, Estado e direito

Charles Feldhaus e Delamar José Volpato Dutra

La salute mentale del lavoratore

Giancarlo Perone

A Reforma Legislativa em matéria de saúde e segurança no trabalho no

Direito Italiano: uma análise crítica

Lorena Vasconcelos Porto

Violenza da Mobbing e tutela dell'integrità psicofisica del lavoratore

tra ordinamento italiano e comunitario

Maria Rosaria Barbato

Réflexions sur le bonheur

Thomas De Koninck

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DA FACULDADE DE DIREITO

BELO HORIZONTE

*

MINAS GERAIS

*

BRASIL

SUMÁRIO

Saúde mental e equilíbrio da alma na doutrina ética do estoicismo <i>Andityas Soares de Moura Costa Matos</i>	7
Enquête sur la notion de qualité de la vie <i>Ane Fagot-Largeault</i>	41
Bioéthique et droit à la santé: un enjeu universel <i>Cathrerine Bert</i>	83
Habermas e a Sociologia Médica: saúde, Estado e direito <i>Charles Feldhaus e Delamar José Volpato Dutra</i>	113
LA SALUTE MENTALE DEL LAVORATORE <i>Giancarlo Perone</i>	135
A Reforma Legislativa em matéria de saúde e segurança no trabalho no Direito Italiano: uma análise crítica <i>Lorena Vasconcelos Porto</i>	143
Violenza da Mobbing e tutela dell'integrità psicofisica del lavoratore tra ordinamento italiano e comunitario <i>Maria Rosaria Barbato</i>	159
Réflexions sur le bonheur <i>Thomas De Koninck</i>	197

Revista BRASILEIRA DE FILOSOFIA

Ano 59 • n. 234 • jan.-jun./ 2010

Publicação oficial do

INSTITUTO BRASILEIRO DE FILOSOFIA

Presidente

CELSO LAFER

Diretores

TERCIO SAMPAIO FERRAZ JUNIOR

JULIANO SOUZA DE ALBUQUERQUE MARANHÃO

Editores

JULIANO SOUZA DE ALBUQUERQUE MARANHÃO

MARCELO ESTEBAN CONIGLIO

PABLO NAVARRO

Assistente Editorial

ALINE GONÇALVES DE SOUZA

I. FISOLOFIA SOCIAL E TEORIA DO DIREITO

1. La filosofía del derecho en Córdoba PABLO E. NAVARRO	7
2. La relevancia de la perspectiva de los participantes en la teoría del derecho de Robert Alexy PAULA GAIDO	17
3. Deliberación y decisión. Los deberes <i>prima facie</i> según David Ross HERNÁN G. BOUVIER	37
4. Concepciones de la autonomía JUAN IOSA.....	55
5. La legitimidad como autoría HUGO OMAR SELEME.....	73
6. Collective intentional action and normative relations RODRIGO SÁNCHEZ BRIGIDO.....	101

II. LÓGICA E FILOSOFIA DA CIÊNCIA

1. Univocal Paraconsistent Logics RODOLFO ERTOLA BIRABEN e ADRIANA GALLI	129
2. La persistencia de la metáfora geométrica en la demostración de Dedekind de los irracionales DAVID GAYTÁN CABRERA	141
3. Lenguaje universal e inefabilidad de la semántica OSCAR M. ESQUISABEL e JAVIER LEGRIS	167
4. What distinguishes laws from uniformities? A classical criterion overruled HORACIO ABELEDO, DUARDO H. FLICHMANT† e MARÍA ALICIA PAZOS.....	183

III. ONTOLOGIA E FILOSOFIA DOS VALORES

1. Beatitude Crística e *Amor Fati* na interpretação nietzschiana sobre a práxis evangélica de Jesus
RENATO NUNES BITTENCOURT 217
2. Sobre o fim do agir na Ética a Nicômaco. Sobre a relação reciprocamente constitutiva entre fins e meios e sobre o papel do *nous* e da *phantasia* na afirmação da verdade prática no contexto concreto da decisão
NUNO M. M. S. COELHO 259

IV. TRADUÇÕES

1. Considerações sobre o conceito de motivação das decisões judiciais
JORDI FERRER BELTRÁN 291
2. Os Tópicos
MARCO TÚLIO CÍCERO 313

MEMBROS DA DIRETORIA DO IBF E DA FUNDAÇÃO NUCE E M. REALE..... 345

MEMBROS EFETIVOS DO INSTITUTO BRASILEIRO DE FILOSOFIA 347

MEMBROS INTERNACIONAIS..... 348

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES..... 349

PUBLICATION STANDARDS FOR AUTHORS..... 350

REVISTA DA
AGU

ANO VIII Nº 22 - Brasília-DF, out./dez. 2009

SUMÁRIO

Editorial.....	5
----------------	---

INSTITUCIONAL

Monografia “Advocacia Geral da União: Órgão de Defesa dos Direitos Fundamentais e Aplicador da Nova Hermenêutica Constitucional <i>Leonardo Cacau Santos La Bradbury</i>	7
---	---

PALESTRA

Os Recursos Especiais Repetitivos no STJ: um breve balanço do primeiro ano de aplicação do art. 543-c do CPC <i>Ministra STJ - Fátima Nancy Andrichi</i>	51
---	----

ARTIGOS

Contratação Temporária: aspectos da recontração de servidor antes de decorridos vinte e quatro meses de encerramento de seu contrato anterior com a Administração Pública Federal <i>Ana Carolina de Almeida Tannuri Laferté</i>	67
---	----

Justiça Fiscal, Capacidade Contributiva e a Promoção da Iguadade <i>Élvio Gusmão Santos</i>	79
--	----

Execução de Contribuições Previdenciárias pela Justiça do Trabalho (da impossibilidade de reconhecer o deferimento do processamento da recuperação judicial como causa de suspensão da exigibilidade de crédito tributário) <i>Érico Zeppone Nakagomi</i>	99
--	----

O Novo Constitucionalismo: a hegemonia normativa dos princípios e a expansão da Jurisdição Constitucional <i>Fábio Campelo Conrado de Holanda</i>	129
--	-----

Responsabilidade Civil por Fraude em Empréstimo consignado de Aposentado ou Pensionista do INSS <i>Jorge Batista Fernandes Jr.</i>	147
---	-----

O Caminho Hermenêutico do Jurista na Aplicação das Normas <i>Luís de Freitas Júnior</i>	167
Enquadramento Financeiro dos Honorários Percebidos pelas Instituições Federais Prestadoras de Serviço de Assistência Judiciária Gratuita <i>Marcelo Kokke</i>	189
Recurso Prematuro e a Fazenda Pública: o excesso de formalismo na qualificação do apelo como extemporâneo <i>Mariana Barbosa Cirne</i>	219
Direito Penal, Sociedade de Riscos e Teoria da Imputação Objetiva <i>Michel François Drizul Havrenne</i>	241
A Autoridade Coatora e a Pessoa Jurídica como partes no Polo Passivo do Mandado de Segurança após a Lei nº 12.016/09 <i>Ricardo Schneider Rodrigues</i>	263
Proporcionalidade. Uma Clarificação do Conceito <i>Roberta Pereira Negrão Costa</i>	293
Mínimos Fundamentos Necessários para a Discussão das Cotas Raciais para o Ingresso dos Negros nas Universidades <i>Rui Magalhães Piscitelli</i>	323
A Pensão Especial para as pessoas atingidas pela Hanseníase <i>Wagner de Oliveira Pierotti</i>	345

PARECER

Parecer 12/2008-AGU/CGU/NAJSE-JANS Processo de Uniformização acerca da Repactuação dos Contratos Administrativos <i>José Adolfo Novato da Silva</i>	369
--	-----

JURISPRUDÊNCIA

Comentário à Jurisprudência decisão liminar proferida no STAS 175 e 178, pelo ministro Gilmar Ferreira Mendes, do Supremo Tribunal Federal <i>Francisco Livanildo da Silva</i>	401
---	-----



EMERON

Escola da Magistratura do Estado de Rondônia

ISSN 1983-7283

REVISTA

DA ESCOLA DA
MAGISTRATURA
DO ESTADO
DE RONDÔNIA



Nº 20
Ano 2009

ÍNDICE

VALDECI CASTELLAR CITON

O princípio da informalidade no Estatuto da Criança e do Adolescente 9

JOHNNY GUSTAVO CLEMES

Informatização do Judiciário: Revolução ou Exclusão 101

ARLEN JOSÉ SILVA DE SOUZA

O gerenciamento de rotina nas varas criminais como forma de propiciar uma maior celeridade processual 167

TARCÍSIO MARQUES & EDSON ALEXANDRE DA SILVA

Lesão ao princípio do contraditório e da isonomia na esfera da instância superior no que concerne a manifestação da Procuradoria de Justiça 217

GISELE LEITE

Acesso à Justiça como direito fundamental 231

JAYME WALMER DE FREITAS

A constitucionalidade do art. 492, §1º, do Código de Processo Penal 247

RENATO MARCÃO

Embriaguez ao volante; exames de alcoolemia e teste do bafômetro - uma análise do novo art. 306, caput, da Lei 9.503, do CTB, de 23/9/1997 259

LENOAR BENDINI MADALENA

Conciliação pré-processual da dívida ativa municipal: projeto de implantação no Judiciário 268

PEDRO LINO DE CARVALHO JÚNIOR

Das cláusulas restritivas da legítima 285

Lucia Massara
Diretora

Carlos Alberto Rohrmann
Rodolpho Barreto Sampaio Júnior
Editores

REVISTA DA
FACULDADE DE DIREITO
MILTON CAMPOS

VOLUME 18

REV. FAC. DIR. MILTON CAMPOS	N. 18	P. 1-332	2009
------------------------------	-------	----------	------

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 5

MISSÃO..... 9

NORMAS EDITORIAIS..... 17

ARTIGOS

OS CONTRATOS ELETRÔNICOS: UM ESTUDO
HISTÓRICO – COMPARATIVO DOS DIREITOS
BRASILEIRO E EUROPEU 23

Carlos Alberto Rohrmann

Miriam de Abreu Machado e Campos

ASPECTOS DA APROPRIAÇÃO INDÉBITA
PREVIDENCIÁRIA E SUA DISCUSSÃO EM PEDIDO
DE *HABEAS CORPUS* EM FAVOR DE EMPRESÁRIOS..... 77

José Barcelos de Souza

O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E O *NOVO*
DIREITO CIVIL ANÁLISE DE UM CASO:
O JULGAMENTO DO RE 407.688-8/SP 103

Rodolpho Barreto Sampaio Júnior

MANAGING CRISIS THROUGH CONTRACTS..... 129

René Franz Henschel

A LEGITIMIDADE ATIVA NO PROCESSO FALIMENTAR:
A FAZENDA PÚBLICA E O CREDOR COM GARANTIA REAL
À LUZ DA LEI 11.101/2005 145

Aline França Campos

Rodrigo Almeida Magalhães

NEW CHALLENGES AND POSSIBLE POLICY OPTIONS FOR THE REGULATION OF ELECTRONIC IDENTITY	185
Anssi Hoikkanen Margherita Bacigalupo Ramón Compañó Wainer Lusoli Loannis Maghiros	
A TRIBUTAÇÃO COMO MECANISMO DE INCENTIVO À PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS NO LUCRO DAS EMPRESAS	209
Flávio Couto Bernardes	
NOTAS SOBRE O DIREITO LIVRE E SOBRE O DIREITO ALTERNATIVO	219
Mario G. Losano	
LINEAMENTOS DO PRINCÍPIO DA BOA-FÉ OBJETIVA NO DIREITO CONTRATUAL CONTEMPO- RÂNEO UMA RELEITURA NA PERSPECTIVA CIVIL-CONSTITUCIONAL.....	231
Michael César Silva Vanessa Santiago Fernandes de Matos	
ACESSO A MEDICAMENTOS E TRIPS: PARÂMETROS PARA O LICENCIAMENTO COMPULSÓRIO	265
Raquel Bragança de Oliveira	
CYBER-ARBITRATION	285
Sylvia Mercado Kierkegaard	
SOLIDARIEDADE INTERGERACIONAL E TAXA SOCIAL DE DESCONTO	305
Victor Domingues	

Revista de
**DIREITO DO
CONSUMIDOR**

Ano 19 • n. 74 • abr.-jun. / 2010

Publicação oficial do
BRASILCON
Instituto Brasileiro de Política
e Direito do Consumidor

SUMÁRIO

I. DOCTRINA NACIONAL

1. O destinatário final e o “consumidor intermediário” ADALBERTO PASQUALOTTO.....	7
2. A proteção do consumidor nas Constituições dos países do Mercosul e associados MARCOS CÁPPIO.....	43
3. A conexidade no contrato de consumo financiado: a maximização da proteção do consumidor no horizonte da teoria sistêmica FELIPE KIRCHNER.....	70
4. O desenvolvimento nanotecnológico e o dever de reparar os danos ignorados pelo processo produtivo MARCOS CATALAN.....	113
5. O direito fundamental à educação e as relações de consumo ILANA FINKIELSZTEJN EILBERG.....	154
6. O superendividamento do consumidor: fenômeno social que merece regulamentação legal MARIELZA BRANDÃO FRANCO.....	227
7. O Inadimplemento do Usuário e o Princípio da Continuidade na Prestação dos Serviços Públicos RAFAEL JOSÉ NADIM DE LAZARI.....	243
8. A ideia de harmonização comunitária e o direito interno europeu em matéria de proteção ao consumidor com vistas ao Mercosul SILNEY ALVES TADEU.....	264
9. Da limitação da autonomia privada nas operações de seguros: coletivização dos interesses – nova perspectiva social e jurídica do contrato de seguro WALTER A. POLIDO.....	284

II. DOCTRINA INTERNACIONAL

1. Protecção do Consumidor na China WEI DAN.....	325
---	-----

III. JURISPRUDÊNCIA

1. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

COMPETÊNCIA – Crime contra as relações de consumo – Exposição à venda de pneus impróprios para o consumo – Julgamento afeto ao juízo da localidade onde ocorreu a comercialização – Inteligência do art. 70 do CPP. – STJ – CComp 107.764/BA – 3.ª Seção – v.u. – rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura..... 345

AÇÃO INDENIZATÓRIA – Danos moral e material – Vício do serviço de reparos em automóvel – Prazo decadencial que é referente apenas a reexecução do serviço, restituição da quantia paga ou o abatimento proporcional do preço – Verbas devidas – Inteligência dos arts. 26, II, e 27 do CDC. – STJ – REsp 683.809/RS – 4.ª T. – v.u. – rel. Min. Luis Felipe Salomão 350

CONSUMIDOR – Ação coletiva – Tabela distinta de preço para pagamento de combustível realizado por cartão de crédito – Inadmissibilidade – Meio que configura uma forma de pagamento à vista – Empresário, ademais, que não pode repassar custos de disponibilização de pagamento por cartão de crédito a consumidor – Inteligência dos arts. 39, X, e 51, X, do CDC. – STJ – REsp 1.133.410/RS – 3.ª T. – v.u. – rel. Min. Massami Uyeda..... 357

2. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS

ILEGITIMIDADE ATIVA *AD CAUSAM* – Ação civil pública – Ministério Público – Admissibilidade – Empréstimo bancário – Consumidor – Concessão de crédito consignado com desconto em benefício previdenciário pela via telefônica ou com descontos superiores a 30% do valor do benefício – Questão referente a direitos coletivos e individuais homogêneos de aposentados e pensionistas – Inteligência dos art. 127, *caput*, e 129, III, da CF/1988. EMPRÉSTIMO BANCÁRIO – Consumidor – Concessão de crédito consignado com desconto em benefício previdenciário pela via telefônica ou com descontos superiores a 30% do valor do benefício – Inadmissibilidade – Não possibilidade de instituição financeira preencher todos os requisitos pelo Código de Defesa do Consumidor para validação do contrato. INDENIZAÇÃO – Dano moral coletivo – Consumidor – Ato antijurídico pelo prestador de serviço que causa repulsa social não verificado – Abalo psicológico da classe de aposentados e pensionistas do INSS que não se evidencia. – TJMG – ApCiv 1.0702.06.290587-3/001 – 16.ª Câmara. Civ. – v.u. – rel. Min. Sebastião Pereira de Souza... 364

IV. LEGISLAÇÃO

Contratos de crédito aos consumidores. Decreto-Lei n. 133/2009 de 2 de Junho..... 379

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES 413

Revista de
DIREITO
PRIVADO

Ano 11 • n. 43 • jul.-set./ 2010

Coordenação

NELSON NERY JR.

ROSA MARIA DE ANDRADE NERY

I. DOUTRINA NACIONAL

1. Abuso do direito TATIANA BONATTI PERES.....	9
2. Princípios da proporcionalidade, da ponderação e da concordância prática: <i>semelhanças e distinções</i> MICHELE ALENCAR DA CRUZ ALCÂNTARA	72
3. Anotações sobre a influência de Platão e Aristóteles nas decisões judiciais – alguns argumentos para decidir LUCIANO AMÉRICO GALVÃO FILHO.....	94
4. Lei 12.004/2009: a recusa à submissão ao exame de DNA e um novo modelo de presunção: a presunção jurídico-legal HUGO FIDELIS BATISTA	134
5. A eficácia externa dos contratos e a responsabilidade civil de terceiros HUGO EVO MAGRO CORRÊA URBANO	180
6. A função social do contrato de <i>Hedge</i> MARCOS ANTONIO MADEIRA DE MATTOS MARTINS.....	232
7. A outorga uxória na união estável IOLANDA REGINA MONTEIRO.....	260
8. O princípio da dignidade humana e a adoção por homossexuais em união homoafetiva ou solteiros sob o paradigma do direito civil constitucional FERNANDO DE SOUSA PINHEIRO BORGES	275

9. Considerações acerca do prêmio devido ao testamentário

LUÍS BORRELLI NETO 311

II. DOUTRINA INTERNACIONAL

1. El estado de necesidad en la responsabilidad civil

JUAN J. BENÍTEZ CAORSI..... 321

III. PARECERES

1. Diligência e inspeção no processo administrativo: observações sobre o devido processo legal

ADA PELLEGRINI GRINOVER..... 353

IV. JURISPRUDÊNCIA

1. ACÓRDÃOS

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

FIANÇA – Exoneração – Inocorrência – Novação pactuada pelo devedor sem o consentimento do fiador – Garantia, entretanto, que foi prestada de maneira irrestrita e sem limite de duração – Hipótese em que a dívida re-pactuada, por ser obrigação futura, líquida e certa, pode ser exigível do garante – Inteligência dos arts. 1485 e 1486 do CC/1916. – STJ – REsp 279.299/SP – 4.^a T. – v.u. – rel. Min. Fernando Gonçalves 387

USUCAPIÃO – Ação declaratória – Prescrição aquisitiva – Hipoteca constituída no curso da posse “*ad usucapionem*” – Inadmissibilidade – Aquisição do usucapiente que é de caráter originário, sendo a titularidade do imóvel concebida desde o início de sua posse. – STJ – REsp 716.753/RS – 4.^a T. – v.u. – rel. Min. João Otávio de Noronha 392

SEGURO DE VIDA – Indenização – Queda letal de escada – Embriaguez comprovada no momento do acidente – Fato que, por si só, não configura agravamento do risco, ainda que previsto contratualmente como causa de exclusão de cobertura – Necessidade de comprovação de que a conduta do segurado efetivamente causou o sinistro – Verba devida – Inteligência dos arts. 1454 e

1456 do CC/1916. – STJ – REsp 780.757/SP – 4.^a T. – v.u.
– rel. Min. João Otávio de Noronha 396

PROCESSO – Nulidade – Inocorrência – Advogado – Atos praticados por procurador temporariamente suspenso da Ordem dos Advogados do Brasil – Irregularidade que é sanada se o causídico regulariza sua situação perante a entidade, em tempo hábil, e realiza posterior ratificação dos atos anteriormente praticados – Inteligência dos arts. 13 e 36 do CPC. AÇÃO POSSESSÓRIA – Reintegração de posse – Esbulho – Descaracterização – Compra e venda – Bem imóvel – Existência de negócio jurídico celebrado que não obsta, para a aquisição efetiva da posse, a apreensão física do bem – Inteligência do art. 493, III, do CC/1916. AÇÃO POSSESSÓRIA – Reintegração de posse – Discussão acerca do domínio – Inadmissibilidade – Inexistência de disputa entre os litigantes com base em títulos de propriedade – Inaplicabilidade da Súmula 487 do STF. – STJ – REsp 842.559/RJ – 3.^a T. – v.u. – rel. Min. Sidnei Beneti 401

PENHORA – Constrição incidente sobre nua propriedade de imóvel, gravado com usufruto vitalício – Admissibilidade – Direitos do nu proprietário, inerentes a propriedade, que podem ser alienados e gravados, sem que com isso se alterem os direitos do usufrutuário – Interpretação dos arts. 524 e 713 do CC/1916. – STJ – REsp 925.687/DF – 3.^a T. – v.u. – rel. Min. Nancy Andrichi 409

REGISTRO CIVIL – Assento de nascimento – Ação de anulação – Inadmissibilidade – Reconhecimento de maternidade mesmo sem vínculo biológico – Ausência de vício de manifestação de vontade ou de má-fé – Irrevogabilidade do vínculo de filiação, construído e consolidado por meio da convivência e do afeto, que encontra respaldo na preservação da estabilidade familiar – Inteligência dos arts. 226, *caput*, e 227, § 6.^o, da CF/1988 e do art. 1593 do CC/2002. – STJ – REsp 1.000.356/SP – 3.^a T. – v.u. – rel. Min. Nancy Andrichi..... 412

DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA – Inaplicabilidade – Execução – Penhora – Empresa inativa e sem faturamento – Inexistência dos requisitos objeti-

vos contidos no art. 50 do CC/2002 que tornam a adoção da “*disregard doctrine*” incabível – Medida que deve ser adotada com cautela diante da previsão de autonomia e existência de patrimônios distintos entre as pessoas físicas e jurídicas. – STJ – REsp 1.098.712/RS – 4.^a T. – v.u. – rel. Min. Aldir Passarinho Júnior 424

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES 427

**ESCOLA DE MAGISTRATURA
FEDERAL DA 5ª REGIÃO**

Revista
ESMAFE
Março de 2009

**Recife – Pernambuco
2009**

Revista ESMAFE	Recife	v. 1	n. 19	p. 3-440	2009
-----------------------	---------------	-------------	--------------	-----------------	-------------

SUMÁRIO

CRIAÇÃO DE VARAS DO IDOSO – UMA NECESSIDADE HUMANISTA IMEDIATA PARA O PODER JUDICIÁRIO FEDERAL DO CEARÁ.....	09
Adriana Leal Maia	
A REFORMA GERENCIAL DO PODER JUDICIÁRIO UM CASO CONCRETO: INOVAÇÕES NA 10ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA FEDERAL DO ESTADO DO CEARÁ, NO TRIÊNIO 2005–2007.....	53
Alcides Saldanha Lima	
RACIONALIZAÇÃO DE MÉTODOS E ESTRATÉGIAS NOS PROCEDIMENTOS E PROCESSOS ENVOLVENDO ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS.....	133
Danilo Fontenele Sampaio Cunha	
PRINCÍPIO DA DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO E GESTÃO DO PODER JUDICIÁRIO: ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA E A CONCRETIZAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	177
Júlio Rodrigues Coelho Neto	
GESTÃO AMBIENTAL NO PODER JUDICIÁRIO.....	233
Leonardo Resende Martins	
DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO E GESTÃO JUDICIÁRIA: PRÁTICAS ADOTADAS PARA A REDUÇÃO DO TEMPO DE DURAÇÃO DO PROCESSO CIVIL EM UMA VARA FEDERAL.....	283
Raquel Rolim Pereira Galvão de Melo	
GESTÃO DE INSPEÇÃO PERMANENTE EM UMA UNIDADE JUDICIAL: UMA PROPOSTA CONSTRUÍDA A PARTIR DA EXPERIÊNCIA NO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL ADJUNTO À 7ª VARA FEDERAL DE SERGIPE.....	333
Ronivon de Aragão	
A ADMINISTRAÇÃO DE UM JUIZADO ESPECIAL FEDERAL E O PRINCÍPIO DA CELERIDADE.....	375
Sérgio Fiuza Tahim de Sousa Brasil	

**ESCOLA DE MAGISTRATURA
FEDERAL DA 5ª REGIÃO**

Revista
ESMAFE
Março de 2009

**Recife – Pernambuco
2009**

Revista ESMAFE	Recife	v. 2	n. 19	p. 3-416	2009
-----------------------	---------------	-------------	--------------	-----------------	-------------

SUMÁRIO

**ASPECTOS RELACIONADOS A PESSOAS, AMBIENTES
E PROCESSOS DE TRABALHO FAVORECEDORES
DO ALTO DESEMPENHO DE UMA VARA FEDERAL
DE COMPETÊNCIA PLENA — UM ESTUDO DE CASO.....09**
Aparecida Gonçalves Bandeira

**O JUIZ FEDERAL LÍDER: O JUIZ FEDERAL
ENQUANTO LÍDER DOS SERVIDORES DE UMA
VARA FEDERAL – ASPECTOS MOTIVACIONAIS.....55**
Arthur Napoleão Teixeira Filho

**REFLEXÕES SOBRE O DIREITO PÓS-POSITIVISTA
E O CONSEQUENTE REDIMENSIONAMENTO
DA ATUAÇÃO DO MAGISTRADO99**
Elise Avesque Frota

**A IMPORTÂNCIA SOCIAL E ECONÔMICA DOS
JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS ITINERANTES
DENTRO DA ÁREA DE JURISDIÇÃO DA 19ª VARA
FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ 133**
Glêdison Marques Fernandes

**ACESSO AO PODER JUDICIÁRIO E INOVAÇÃO: A
UTILIZAÇÃO DE VIDEOCONFERÊNCIA NOS
JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS169**
Francisco Luís Rios Alves

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA NA JUSTIÇA FEDERAL...233

Francisco Roberto Machado

**A PROMOÇÃO POR MERECEMENTO NO PODER
JUDICIÁRIO PÓS-EC Nº 45/2004: UMA ANÁLISE CRÍTICA281**

Nagibe de Melo Jorge Neto

**O PROCESSO VIRTUAL COMO INSTRUMENTO DE
ACESSO À JUSTIÇA NO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL
DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SOBRAL/CE337**

Maria Tereza Almeida Bezerra

**GESTÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: ESTUDO DE
MODELOS ALTERNATIVOS DE CUMPRIMENTO DE
ACORDOS E SENTENÇAS NOS JUIZADOS ESPECIAIS
FEDERAIS DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO.... 381**

Valdir Soares Fernando

**ESCOLA DE MAGISTRATURA
FEDERAL DA 5ª REGIÃO**

Revista
ESMAFE

Março de 2009

**Recife – Pernambuco
2009**

Revista ESMAFE	Recife	v. 3	n. 19	p. 3-598	2009
-----------------------	---------------	-------------	--------------	-----------------	-------------

SUMÁRIO

DA APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE NO CONTROLE JURISDICIONAL DOS ATOS ADMINISTRATIVOS	09
André Dias Fernandes	
DINAMISMO JUDICIAL: UMA REALIDADE A FAVOR DA CONSTRUÇÃO DE UM DIREITO PROCESSUAL MAIS EFICIENTE	57
Bruno Leonardo Câmara Carrá	
ESTRATÉGIAS E MÉTODOS PARA A CRIAÇÃO E PERPETUAÇÃO DE UMA CULTURA DE CONCILIAÇÃO NOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS.....	101
Cíntia Menezes Brunetta	
JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS: CONSIDERAÇÕES SOBRE A TURMA RECURSAL DE PERNAMBUCO	143
Cesar Arthur Cavalcanti de Carvalho	
ESTUDO ACERCA DA VIABILIDADE DE CRIAÇÃO DE UM CENTRO DE ADMINISTRAÇÃO CARTORÁRIA NO ÂMBITO DA JUSTIÇA FEDERAL DA 5ª REGIÃO	189
Diana Maria Pinheiro	
BALANCED SCORECARD / UMA VALIOSA FERRAMENTA NA IMPLEMENTAÇÃO DE UM MODELO DE GESTÃO ESTRATÉGICA VOLTADA PARA RESULTADOS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	233
Gisele Chaves Sampaio Alcântara	
DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO: INCONSTITUCIONALIDADE DOS PRAZOS PROCESSUAIS DIFERENCIADOS DA FAZENDA PÚBLICA	265
José Donato de Araújo Neto	
JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS CÍVEIS: UMA NOVA GESTÃO DO PROCESSO CIVIL NA 5ª REGIÃO.....	277
José Maximiliano Machado Cavalcanti	

**GESTÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: ESTUDO DE
MODELOS ALTERNATIVOS DE CUMPRIMENTO DE ACORDOS
E SENTENÇAS NOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS DA SEÇÃO
JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO..... 327**

Valdir Soares Fernando

DO CONTROLE JURISDICIONAL DOS ATOS REGULATÓRIOS 363

Leopoldo Fontenele Teixeira

**TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E PROCESSO ELETRÔNICO NA
JUSTIÇA BRASILEIRA: CONSIDERAÇÕES SOBRE UM
DOS PRINCIPAIS INSTRUMENTOS DA INFORMATIZAÇÃO
DO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO 405**

Marcos Mairton da Silva

**UMA ALTERNATIVA ESTRATÉGICA PARA A GESTÃO
NAS VARAS FEDERAIS CRIMINAIS
Marianne Saunders Pacheco..... 463**

**A ÉTICA E O PÁTHOS COMO ELEMENTOS ESSENCIAIS PARA
UMA ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA DE VANGUARDA 505Mário Azevedo**

Jambo

**A GESTÃO PÚBLICA MODERNA, A ÉTICA, OS DIREITOS
FUNDAMENTAIS E O PROCESSO DE EXECUÇÃO:
MEDIDAS (ADMINISTRATIVAS E JUDICIAIS) PARA
AGILIZAÇÃO DOS PROCESSOS EM UMA VARA
DE EXECUÇÃO FISCAL 557**

Raimundo Alves de Campos Júnior



REVISTA FORENSE

Volume 408 – ANO 106

MARÇO – ABRIL DE 2010

ISSN 0102-8413

FUNDADA EM 1904

PUBLICAÇÃO NACIONAL DE DOCTRINA, JURISPRUDÊNCIA E LEGISLAÇÃO

FUNDADORES

Mendes Pimentel
Estêvão Pinto

DIRETORES

Arruda Alvim
Thereza Arruda Alvim
Eduardo Arruda Alvim
Araken de Assis

CONSELHO EDITORIAL

Bruno Miragem
Eduardo Camargo Righi
Francisco Bilac Moreira Pinto Filho
Humberto Theodoro Júnior
Jorge Miranda



José Carlos Barbosa Moreira
José Ribas Vieira
Luiz Fux
Maria Mendez Rocasolano
Nelson Nery Costa



SUMÁRIO

<i>Abreviaturas e siglas usadas</i>	VII
DOCTRINAS	
INTERRUPÇÃO DA GRAVIDEZ: UMA QUESTÃO DE DIREITOS HUMANOS – <i>Álvaro Mayrink da Costa</i>	3
PROCESSO E CONSTITUIÇÃO – <i>Arruda Alvim</i>	23
A REVISÃO DO CONTRATO – AS CAUSAS SUPERVENIENTES QUE AFETAM O SINALAGMA FUNCIONAL – <i>Cristhian Magnus de Marco</i>	89
O ART. 461 DO CPC (TUTELA ESPECÍFICA) E A PROTEÇÃO CONTRA A PIRATARIA E CONTRAFAÇÃO – <i>Eduardo Arruda Alvim</i>	109
SOLIDARIEDADE SOCIAL E TEORIA PROCESSUAL DA CONSTITUIÇÃO: CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA NA PÓS-MODERNIDADE – <i>Ernani Contipelli</i>	127
MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA NA LEI DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER – <i>Fabiano Carvalho</i>	145
O DESTINO DE GAIA E AS FUNÇÕES CONSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA: AINDA FAZ SENTIDO (SOBRETUDO APÓS A EDIÇÃO DA LC N. 132/09) A VISÃO INDIVIDUALISTA A RESPEITO DA INSTITUIÇÃO? – <i>José Augusto Garcia de Sousa</i>	165
A PRÁTICA INSTITUCIONAL E A REPRESENTAÇÃO ARGUMENTATIVA NO CASO RAPOSA SERRA DO SOL (PRIMEIRA PARTE) – <i>Observatório da Justiça Brasileira</i>	219
CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DA EC N. 62/09 É A QUESTÃO DOS PRECATÓRIOS – <i>Lair da Silva Loureiro Filho</i>	255
ASSISTÊNCIA JURÍDICA NO CANADÁ. O MODELO QUEBEQUENSE – <i>Patricia Galindo da Fonseca</i>	283
PRUDÊNCIA JUDICIAL E CONSCIÊNCIA – <i>Ricardo Dip</i>	299
ESTUDO ACERCA DO JUSTO TÍTULO NA USUCAPÃO ORDINÁRIA, COM EXAME DA EVOLUÇÃO DOS INSTITUTOS DA POSSE, DA PROPRIEDADE E DA USUCAPÃO – <i>Rogério Ribeiro Domingues</i>	317
PARECER	
SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA POR ANTECIPAÇÃO E O ICMS – <i>Ives Gandra da Silva Martins</i>	353
JURISPRUDÊNCIA CIVIL	
Supremo Tribunal Federal	375

Superior Tribunal de Justiça	387
Tribunal Regional Federal da 4ª Região	431
Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul	435
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro	455

JURISPRUDÊNCIA PENAL

Supremo Tribunal Federal	459
Superior Tribunal de Justiça	475
Tribunal Regional Federal da 4ª Região	511

ESTUDOS E COMENTÁRIOS

A RELAÇÃO DE REGRESSO E A DENUNCIAÇÃO DA LIDE PREJUDICADA: DA NÃO IMPOSIÇÃO DE ÔNUS SUCUMBENCIAIS AO DENUNCIANTE – <i>Clarissa Diniz Guedes e Raquel Bellini de Oliveira Salles</i>	517
RECURSO EXTRAORDINÁRIO E A EMENDA CONSTITUCIONAL 45/2005 – <i>Edilson Pereira Nobre Júnior</i>	529
EXAME CRIMINOLÓGICO COMO FORMA DE INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA E CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AO REEDUCANDO – <i>Estêvão Luís Lemos Jorge</i>	545
CONSIDERAÇÕES SOBRE O VERBETE N. 08 DA SÚMULA VINCULANTE DO EGRÉGIO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E A CONSTITUCIONALIDADE DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (N. 6.830, DE 1980) EM FACE DA CONSTITUIÇÃO DE 1967 (EC N. 1969) E DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 05 DE OUTUBRO DE 1988 – <i>Leonardo Vizeu Figueiredo</i>	553
SEMPRE VEDADO AO JULGADOR CONHECER, DE OFÍCIO, DA ABUSIVIDADE DE CLÁUSULAS EM CONTRATO BANCÁRIO? REFLEXÕES SOBRE A SÚMULA N. 381 DO STJ – <i>Pablo Stolze Gagliano e Salomão Viana</i>	569
A PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA NO DIREITO BRASILEIRO: UMA PROPOSTA PARA A CONSTRUÇÃO DO MODELO DOGMÁTICO – <i>Raphael Manhães Martins</i>	577
COMISSÕES DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA – UM PANORAMA – <i>Rogério Luiz dos Santos Terra</i>	593
EN LOS FUNDAMENTOS DE LEGITIMIDAD DEL ESTADO DEMOCRÁTICO-CONSTITUCIONAL: LA IDEA DEL PODER CONSTITUYENTE DEL PUEBLO – <i>Sergio Raúl Castaño</i>	603

ÍNDICES

Índice Geral	617
Índice de Assuntos	625